

# “Crise” e “sufocamento” em processos de domesticação e refazimento de formas de vida<sup>1</sup>

Daniela Ramos Petti (Doutoranda do PPGAS-UFRJ/Rio de Janeiro)

Palavras- chave: crise; sufocamento; domesticação

## Introdução

Mulher negra e mãe de três filhos, Arlinda trabalha vendendo na rua há alguns anos. Se no passado vendia café e bolos em “porta de obra”, hoje são as vendas de balas e doces que geram sua renda. Há cinco anos, a rua principal do condomínio popular onde mora é seu local de trabalho. Além do trabalho, o acesso à moradia também é fruto de experiências de informalidade<sup>2</sup>. Arlinda morou durante 20 anos na comunidade Vila Autódromo, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Em 2014, período auge do processo de remoção da Vila Autódromo<sup>3</sup>, foi realocada em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)<sup>4</sup> na mesma região urbana. Os processos de realocação, em muitos casos, produzem determinadas configurações econômicas decorrentes da formalização de contas e taxas, da transformação da materialidade da vida doméstica e das formas de acesso à cidade e, nesse caso, da atualização dos modos de regulação (em todas as suas dimensões - espacial, política, socioeconômica), que se materializa no bairro em questão na presença da milícia. Ao se apropriar da rua como

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

<sup>2</sup> Utilizo a categoria informalidade, com plena consciência de que se trata de um termo cunhado da perspectiva do Estado (a partir da dicotomia formal/informal), no sentido atribuído pelo antropólogo Keith Hart (1973). Não se trata de reificar a realidade por meio da noção de que exista um “setor informal” apartado do “formal”, mas sim de entender as dinâmicas dos arranjos, das oportunidades e das experiências que são consideradas informais, tanto no trabalho, quanto no que se refere aos modos de habitar.

<sup>3</sup> A comunidade Vila Autódromo sofreu um violento processo de remoção entre os anos 2013 e 2016 em decorrência da construção de equipamentos e infraestruturas olímpicas durante a preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

<sup>4</sup> O PMCMV é um programa de produção de habitação de interesse social, financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF). Lançado em 2009 como Medida Provisória (MP 459), o programa foi elaborado pelos ministérios da Casa Civil e da Fazenda em diálogo com empresários dos setores imobiliário e da construção civil. No Rio de Janeiro, muitos dos seus empreendimentos receberam famílias removidas de favelas, por meio de acordos de troca de chaves entre moradores e a prefeitura. Nessa modalidade, a prefeitura é responsável por pagar a dívida habitacional junto à CEF.

local de trabalho, onde após o deslocamento passou a vender mercadorias, Arlinda se deparou com a obrigatoriedade do pagamento da conhecida taxa de segurança da milícia dobrada dos moradores e comerciantes em muitos bairros da Zona Oeste<sup>5</sup>. Além do aumento considerável dos custos habitacionais, o deslocamento da favela ao condomínio promoveu rupturas em relação às próprias possibilidades de trabalho. Se antes o quintal da casa de Arlinda na favela funcionava como um bar, o apartamento em condomínio restringe as possibilidades de diversificação da renda.

Percebi a profundidade das transformações geradas pelo deslocamento habitacional quando escutei Arlinda formular a experiência da remoção da seguinte maneira: “Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida”. A associação entre casa e vida, em algum aspecto ressaltada pela perspectiva heideggeriana segundo a qual o ser das coisas emerge das formas de se habitar o mundo (Heidegger, 1971), está presente no próprio nome da política habitacional responsável pelo reassentamento de minha interlocutora: “Minha *Casa*, Minha *Vida*”. Muitos diagnósticos a respeito dos impactos do PMCMV chamam atenção para as formas pelas quais a moradia em condomínio altera a vida das pessoas (Amore, 2015; Cardoso e Jaenisch, 2014; Cardoso e Lago, 2013; Cardoso, Mello e Jaenisch, 2013). A dificuldade em arcar com os novos custos habitacionais e as disputas de poder inauguradas pela demarcação de fronteiras espaciais erigidas pela construção dos condomínios em periferias (disputas entre facções do tráfico de drogas, entre milícia e tráfico) são alguns dos impactos mais relatados. Esse texto também trata das relações entre modos de habitar e formas de vida, entendendo que a produção do doméstico pela política habitacional transforma radicalmente os enquadramentos familiares da vida. Apresento uma narrativa etnográfica, construída com especial atenção às categorias nativas, a partir do que me foi narrado por Arlinda. Em minha leitura atenta do texto oral<sup>6</sup> construído por ela acerca de sua vida, em que a remoção figura como uma ruptura com os enquadramentos familiares de suas formas de

---

<sup>5</sup> A Zona Oeste é hoje a frente de expansão da cidade e é entendida por alguns autores como uma fronteira urbana - e dos estudos urbanos (Araújo Silva e Cortado, 2020). As formas de regulação da milícia consistem em um dos aspectos que tem sido estudados na região (Araújo Silva, 2017b). As cobranças da milícia afetam as economias familiares dos moradores da região, especialmente dos trabalhadores informais.

<sup>6</sup> O conceito de texto oral emerge como crítica à dicotomia entre texto e fala nos estudos sobre tradições orais africanas (Barber, 2007). Etnografar a fala cotidiana exige uma mirada sutil às formas expressivas e às categorias acionadas pelos atores sociais em diferentes contextos. Partindo das complexas transações entre corpo e linguagem (Das, 2007), atento para como as categorias acionadas por minha interlocutora se colocam em mútua relação com os mundos que constrói para habitar. Além de “crise” e “sufocamento”, analisar as maneiras pelas quais Arlinda produz a vida pela linguagem é um dos objetivos do texto.

vida, notei que duas categorias ganham forte centralidade no exercício de significação do presente: “crise” e “sufocamento”. Esse texto explora, a partir da narrativa de Arlinda sobre sua vida, como “crise” e “sufocamento” são acionados enquanto idioma possível para significar a incerteza característica da vida dos pobres urbanos, mais especificamente dos moradores de periferias que vivem na “viração” (Fernandes, 2013) em meio aos arranjos e às oportunidades informais, como Arlinda.

Entendo a remoção de favelas como um processo de domesticação, em seu duplo caráter, tanto disciplinar-civilizatório, como de reconfiguração do doméstico, com o objetivo de chamar atenção para a multiplicidade de sentidos assumidos por determinadas formas de vida. Ancoradas na linguagem, as formas de vida, para Veena Das (1999), abarcam não apenas uma dimensão de segurança em decorrência do pertencimento à determinada comunidade, como também dizem respeito aos perigos que os seres humanos oferecem uns aos outros no curso das disputas em torno do que constitui a vida. Processos de domesticação envolvem disputas em torno do que seja a vida, que se materializam no desmantelamento de suas formas e nas novas linhas de transformação (*becomings*) que se abrem em meio às relações entre o real e o possível - imaginação sobre uma vida futura possível.

Como se habita a vida após um processo de desmantelamento de suas próprias formas? Como a dimensão extraordinária da vida penetra o cotidiano intensificando a incognoscibilidade constitutiva do estar vivo? Essas são algumas das questões que guiaram minha pesquisa de campo. Para realizar a pesquisa, morei durante 7 meses em um apartamento do condomínio popular em questão, acessado por meio de contrato informal de locação. Costumava passar tardes inteiras sentada ao lado de Arlinda na calçada da rua principal do condomínio, acompanhando sua rotina de vendas. A partir de um ponto de vista etnográfico, busco refletir sobre as formas de narrar a incerteza que constitui a vida, intensificada pela “crise” e pelo processo de domesticação promovido pela política habitacional. “Crise” e “sufocamento” aqui são entendidos como idioma que significa a existência, assumindo ao mesmo tempo -aspecto não menos importante - traços materiais muito concretos no corpo, na casa, no território. Tratam-se de categorias que falam sobre a dúvida constante que constitui a vida cotidiana. Ao se misturarem no tecer das narrativas sobre si e sobre o futuro, a sensação de “sufocamento” e as percepções sobre a “crise” suscitam o desenvolvimento de inúmeras estratégias e arranjos que visam contornar a incerteza de forma a tornar a vida ao menos habitável. Ao tornarem o horizonte de “mudar de vida” cada vez mais inverossímil, a “crise” e o “sufocamento”

impõem à Arlinda o esforço cotidiano de “empurrar a vida”. Partindo do argumento de Das (2018) de que a vida cotidiana não pode ser tomada como dada, ou como um objeto a ser apreendido, navego entre as práticas de se ganhar a vida (trabalhar) e se manter a casa (comer, cuidar, pagar as contas), de um lado, e as formas de se imaginar uma vida possível, de outro, dimensões que compõem o contínuo processo de habitar o mundo.

Na primeira seção, reconstituo o processo de remoção da favela para pensá-lo como um evento crítico (Das, 1995) e uma forma de domesticação. Na segunda parte do texto, abordo a sensação de “sufocamento” relatada por Arlinda, diretamente relacionada com a reconfiguração do doméstico. Por fim, na terceira seção faço uma reflexão sobre a categoria de “crise” e seus efeitos na vida cotidiana. As seções do texto são atravessadas por formas nativas de categorizar a vida que se refletem nas práticas cotidianas que buscam contornar, ou ao menos conviver com, a incerteza. Além das citações de autores (que estão sinalizadas), os trechos das falas de Arlinda aparecem entre aspas duplas, quando não recuados devido à extensão ou dispostos em forma de diálogo.

#### A remoção como processo de domesticação

Nos anos 90, quando ainda morava em Belford Roxo - município localizado na Baixada Fluminense - com seu ex-marido, o sogro de Arlinda ofereceu ao casal parte de seu terreno comprado na Vila Autódromo. Sair de Belford Roxo era muito importante para Arlinda naquele momento. “Eu não aguentava mais aquela vida, você saía pra trabalhar e tinha que pular os corpos que tavam no chão”. Após a oferta, o casal passou um mês visitando o terreno engajado na construção de um quarto como primeiro cômodo da casa para que pudessem ao menos se instalar. “Depois do quarto fui pro banheiro, depois cozinha, sala. Tudo isso muito aos pouquinhos, mas foi ficando uma casa grande. Se juntar tudo desse apartamento [no condomínio] não dá nem a minha sala”. Na divisão de tarefas relativas à gestão do orçamento doméstico, seu dinheiro era destinado às compras da casa, “dinheiro pra levar o mês”, enquanto o de seu então marido, à compra dos materiais de construção. “O problema é que tudo desandou quando ele começou a beber muito, usar drogas, bater na gente [nela e nos filhos] e parou de comprar os materiais. Eu levei aquela casa nas costas”. Arlinda passou, então, a dividir seu próprio dinheiro entre a necessidade de “levar o mês”, por um lado, e de construir a casa, por outro. “Aí demorou mais ainda, porque por exemplo não dava pra eu construir e comprar os móveis. Teve que ser uma coisa de cada vez”. O primeiro quarto da casa demorou

quase 1 ano pra ficar pronto. A casa toda, inacabada quando de sua demolição no período do processo de remoção, demorou 20 anos para se erguer com todos os seus cômodos. “Mas lá [na Vila Autódromo] era outra vida, quer dizer, lá era vida, eu tinha varanda, área de serviço, um quintal. Aqui [no condomínio] é uma prisão, você fica preso nesse lugar”.

A autoconstrução é uma prática comum nas favelas e periferias brasileiras. Enquanto forma de habitar o mundo <sup>7</sup>, a autoconstrução viabiliza as próprias possibilidades de vida. Para alguns significa a única forma possível de morar, para outros, permite se livrar da angústia de ter que pagar aluguel todo mês. Para Arlinda, construir uma casa na Vila Autódromo lhe permitiu ter “uma vida mais sossegada” longe da violência do bairro onde morava anteriormente. Holston (2010) entende a prática da autoconstrução de casas e infraestruturas urbanas em bairros populares como uma forma de cidadania insurgente, na medida em que a própria casa passa por um processo de politização nas arenas públicas de luta por direitos<sup>8</sup>. Na Vila Autódromo não foi diferente. Durante o processo de remoção da favela, as casas e outras infraestruturas tornaram-se objeto do discurso político dos moradores que lutaram pela permanência no local. Um dos argumentos que legitima a resistência se expressa justamente na associação entre casa e vida: “eu construí minha casa aqui há anos, minhas raízes tão aqui, ninguém esquece sua vida assim” - fala de um morador da comunidade com quem tive contato durante a pesquisa sobre a resistência à remoção.

Assim como outros moradores, Arlinda não queria sair da Vila Autódromo. Em sua narrativa de reconstituição do passado, a remoção é caracterizada como uma “tortura psicológica”, impossível de suportar. “Eles ganharam pelo cansaço, aquilo foi tortura psicológica”. Além da pressão feita pelos funcionários da prefeitura sobre os moradores, para os quais costumavam dizer “quem não negociar vai morar debaixo da ponte”, a prática de “tortura”, que nomeio o terror de Estado, abalou os próprios ritmos da vida cotidiana. Arlinda perdeu seu emprego no restaurante onde trabalhava, porque “não podia sair de casa pra trabalhar senão quando voltava eles podiam ter derrubado sua casa com tudo dentro, que foi o que aconteceu com a minha vizinha”. Os moradores evitavam sair

---

<sup>7</sup> Segundo Heidegger (1971), construir e habitar refletem apenas de modo aparente uma relação de meio e fim. As relações essenciais da existência não permitem que os atos de construir e habitar sejam pensados dessa forma. Construir já é habitar, na medida em que habitar é um comportamento mais amplo do que comumente se pensa. Construir no sentido de cultivar e de edificar construções é parte do ato de habitar. Habitar é o traço fundamental do ser. Os homens constroem à medida que habitam, e não o contrário.

<sup>8</sup> Em outros trabalhos, discorro sobre como a luta pela casa se torna luta por moradia em contextos de remoção de favelas (Petti, 2016, 2020a).

da comunidade, realizavam barricadas para impedir a passagem dos funcionários, faziam cordão de isolamento nas casas quando de um processo de reintegração de posse, organizavam vigílias, de forma que durante anos (entre 2013 e 2016) os ritmos da vida cotidiana passaram a ser ditados quase que exclusivamente pelas ações do Estado no território. Passados alguns anos, a remoção figura até hoje no imaginário dos moradores do condomínio, surgindo em momentos de reconstituição da memória, como as conversas na calçada, e suscitando dor em muitos. A perda da casa e da comunidade é rememorada de diferentes maneiras pelos sujeitos. Arlinda não consegue falar disso por muito tempo e sempre interrompe o assunto dizendo “mas eu não quero nem ficar falando disso, procura me dá uma tristeza enorme”. Quando compara sua antiga casa na favela com o apartamento onde mora atualmente, costuma dizer que “lá sim eu tinha uma vida boa, quer dizer, lá sim eu tinha vida, aqui eu não tô vivendo”.

A remoção pode ser compreendida como um evento crítico nos termos de Veena Das (1995). Os eventos críticos constituem rupturas de formas de vida, seus fluxos, temporalidades, relações e planos. Esses eventos, normalmente, são perpassados por experiências de violência e perdas (incomensuráveis) capazes de estilhaçar mundos e imaginários locais. Impulsionam ações políticas, formulações de novas categorias de linguagem e a criação de novas arenas de interação - como por exemplo arenas públicas de disputa entre agentes estatais e resistência popular. Em última instância, as disputas em jogo giram em torno das próprias formas de vida. A suspensão do tempo ordinário da vida<sup>9</sup> marca os percursos dos sujeitos e das coletividades, se estendendo para além do período de duração da experiência de violência, na medida em que o que se engendra em um evento crítico é absorvido pelo cotidiano, seja na forma de memória, narrativas, seja na própria materialidade das formas de vida. Entendo o evento crítico da remoção, que abarca não apenas o despejo como também a realocação, como um processo de domesticação.

Na antropologia o conceito de domesticação é, comumente, utilizado para se pensar as relações interespecies nos processos de dominação dos outros animais e da natureza como um todo pelo homem (Ingold, 1987; Sautchuk e Stoeckli, 2012). Nesse texto, desloco o conceito de seu lugar de origem para pensar a domesticação em três

---

<sup>9</sup> Uma interlocutora que mora até hoje na Vila Autódromo, onde 20 famílias resistiram após a remoção de quase 700, me disse certa em vez em uma entrevista em 2017 (logo após o término da remoção)-: “bom, até o ano passado a gente não tava vivendo, agora na casa nova a gente tá tentando organizar a vida de novo”.

sentidos. Em primeiro lugar, me aproprio de alguns aspectos atribuídos por Ingold aos processos de domesticação para pensar os processos de Estado em questão. A domesticação é marcada pela dominação, baseada na dicotomia natureza e cultura, que produz desigualdades entre os seres, dividindo o mundo entre aqueles que se entendem como capazes de simbolizar em oposição aos que são considerados “material bruto” e objeto do movimento de simbolização (Sautchuk e Stoeckli, 2012, p.24). Essa definição ressalta o caráter civilizatório dos processos de domesticação. Em sua tese de doutorado, Conceição (2016) demonstrou o caráter disciplinar-civilizatório do PMCMV a partir da análise do próprio discurso da política pública. “Aprender a morar em condomínio” está vinculado com outro tipo de aprendizado, que tem como fim adquirir bons modos, seguir regras de convivência (não gritar, não ouvir som alto, não falar palavrões) e viver de acordo com a lei (pagar contas e impostos)<sup>10</sup>. De fato, a política habitacional tem como um de seus objetivos reformular o comportamento dos pobres urbanos, entendidos como à margem da lei e dos bons costumes. Em segundo lugar, entendo a domesticação como um processo de reconfiguração do doméstico, que se expressa na própria materialidade da unidade habitacional e transformação das economias familiares - questão que será explorada nas próximas seções. Morar em condomínio altera drasticamente os contornos da vida doméstica. Por fim, entendo os processos de domesticação como arenas de disputa em torno do que seja a vida. Diante dos programas políticos do Estado, que transformam a vida cotidiana, as pessoas se engajam em formas de se fazer a vida que produzem modos de contornar o modelo de vida imposto pela política habitacional através de práticas, narrativas, projetos de futuro e formas de se imaginar uma outra vida possível<sup>11</sup>, como pretendo demonstrar mais adiante. Os três sentidos impressos ao conceito de domesticação se constituem mutuamente, demonstrando que a política habitacional se expressa como forma de governo da vida na cidade, sendo a casa um objeto do poder, como afirma Cortado:

---

<sup>10</sup> Em minha dissertação de mestrado (Petti, 2020b), realizada no condomínio do PMCMV onde mora Arlinda, analisei o discurso da administração condominial que enviava mensagens para os moradores em uma linha de transmissão no WhatsApp. Essas mensagens costumavam criticar os comportamentos dos moradores, como por exemplo escutar som alto em suas casas, especialmente músicas de funk, que segundo a administração, não eram adequadas à boa educação das crianças. Pagar as taxas, evitar brigas, não gritar, não pendurar roupas na janela, não realizar obras de expansão da unidade habitacional e não jogar o lixo pela janela eram algumas das regras veiculadas pela administração.

<sup>11</sup> As reformas de unidades habitacionais, a venda e locação das mesmas, bem como a transformação dos apartamentos do térreo em vendas, mercearias e outros espaços de atividade produtiva, ao transgredirem as normas do PMCMV que interditam essas práticas até a quitação dos imóveis, podem ser entendidos como formas de resistência aos programas políticos do Estado. Ver Petti, 2020b.

La maison relève aussi d'une anthropologie de la politique. En effet, la maison est une construction idéologique, l'objet de discours politiquement orientés qui visent, par exemple, [...] à « moraliser » les classes laborieuses (Rabinow 1995). Elle est également la cible et le socle des nombreuses technologies politiques qui organisent notre quotidien : la « gouvernementalisation » des sociétés contemporaines se confond en partie avec la pénétration du foyer par les appareils de pouvoir (Foucault 2004) (CORTADO, 2020, p.3).

Arlinda sentiu-se por mais de um ano após a realocação em um estado de “depressão”. “ Aqui não tem raiz. Eu falo pro meu cérebro todo dia que esse apartamento é minha casa agora, mas não adianta, ele não entende”. Além de ter perdido o emprego, a possibilidade de usar o espaço da casa para atividades produtivas que permitam complementar a renda, como fazia em seu quintal na favela, não mais se apresentava. O estranhamento em relação ao apartamento, que provoca a sensação de não se sentir em casa, se mistura com a drástica alteração nos custos habitacionais gerados pela realocação e com a condição de desemprego, produzindo uma sensação de “sufocamento” sobre a qual me debruço na próxima seção.

“Aqui eu me sinto sufocada”

O processo de domesticação intensifica a incerteza que é constitutiva da vida cotidiana. Para Veena Das (2007), o real carrega o estatuto de incognoscibilidade, isto é a dúvida que permeia constantemente as ações humanas. Se a vida não é dada, mas está em contínuo fazimento - e desfazimento - (Das,2018), os sujeitos em transformação cultivam formas de navegar na incerteza, em meio às disputas em torno das formas de vida, engendrando narrativas, acomodações (resiliência) e projetos de mudança. A incerteza, constitutiva da vida social, pode ser intensificada em determinadas circunstâncias socioeconômicas e políticas de forma a aumentar a precariedade e a vulnerabilidade que conformam todo ser (Butler, 2006) . A reconfiguração do doméstico promovida pela política habitacional, somada à experiência de informalidade no trabalho e à crise econômica, forjam as camadas de incerteza que compõem a vida cotidiana de Arlinda.

Após o reassentamento, sem emprego e desprovida das condições materiais anteriores que lhe permitiam vender quentinhas e cerveja na favela, ela passou a buscar outra fonte de renda para arcar com as novas despesas da nova habitação. “Aqui é muita conta, eu não tinha mais dinheiro pra pagar ajudante na cozinha pra vender comida, nem tinha espaço pra vender outras coisas, cerveja, bebidas”. Decidiu então colocar uma



barraca de doces, balas, biscoitos, cigarros e outras pequenas mercadorias na calçada do condomínio, onde “tem muita criança e criança ama doce”. Apesar de reclamar muito da renda que consegue atualmente, a venda de doces é a base do sustento de sua família. Ela reclama diariamente das contas que paga no condomínio. “Eu não tenho como pagar a conta desse mês. Eu falei pro cara da Light [empresa de eletricidade]. Eu vendo bala na rua, pode levar o fio e o relógio que eu não tenho como”. Ela costuma dizer que a renda de seu trabalho não cobre os gastos que tem com a manutenção da casa. Certa vez, Arlinda me pediu ajuda para fazer uma “vaquinha online” para arrecadar dinheiro com o objetivo de comprar uma carrocinha de churrasquinho, hambúrguer e cachorro-quente. “Tá R\$1500,00. Infelizmente eu não tenho esse dinheiro. Por isso tive a ideia da vaquinha!”. Arlinda costuma dizer que precisa de um trabalho que dê uma renda “mais grossa” do que a venda de balas, pois não tem mais conseguido “dar conta de tanta coisa pra pagar”. Por isso, pensou em adquirir um novo instrumento de trabalho. “Vender comida dá mais dinheiro que bala, todo mundo volta do trabalho e tem vontade de comer um churrasquinho”.

Conciliar a necessidade da compra de mercadorias para o trabalho com a reserva do dinheiro da casa para compras no supermercado, contas, taxas condominiais e gastos com os filhos é sua maior dificuldade cotidiana. Muitas vezes vejo as mesas onde as mercadorias são expostas um tanto vazias, assim como em outras ocasiões encontro Arlinda com poucas sacolas voltando do supermercado e dizendo que “só tá dando pra comprar as coisas pra casa de pingadinho, uma coisa de cada vez, aos poucos”. No decorrer da pesquisa de campo, comecei a perceber como os gastos da nova moradia impactam a economia de sua casa. Assim como outros moradores, ela costuma caracterizar o período em que morava na favela como “tempos de vacas gordas”. “Antes em tempos de vacas gordas, quando eu vendia salgado, bolo, café em porta de obra era maravilhoso. E sem contar que tinha bem menos conta pra pagar lá, né! Isso é que me mata. Agora tá muito difícil juntar dinheiro. Eu teria que trabalhar dez anos vendendo bala pra comprar essa carrocinha [de hambúrguer e churrasquinho] e nem sei se ia dar”.

A gestão do dinheiro da casa tem como parte central as cobranças decorrentes do morar em condomínio: taxa de condomínio, taxa de bomba d’água, taxa de incêndio e de outras pequenas reformas no espaço coletivo, o IPTU<sup>12</sup>, a luz, o gás e outras contas que

---

<sup>12</sup> Imposto Predial Territorial Urbano.

se tornaram cotidianas na ocasião do reassentamento. O medo de não conseguir pagar as contas e de não ter dinheiro suficiente para comprar comida, não apenas tira seu sono, como abala sua esperança em conseguir “mudar de vida”. A imaginação de uma “vida melhor” vem acompanhada de reflexões diárias sobre como “fazer dinheiro” e acabar com o “sufocamento. Além das diárias reflexões sobre a compra da carrocinha que permitiria uma “renda mais grossa” (como arrecadar, a quem pedir, como economizar, a busca de um amigo para fazer o frete gratuito ou ao menos mais barato, ou para tomar emprestado o cartão de crédito), que envolvem previsões para o futuro de uma vida mais digna do que a que se tem com a venda de balas, o plano de vender o apartamento (apesar da interdição do PMCMV) e voltar para a favela consiste em uma das formas de planejar uma vida melhor. Tanto a aquisição de um instrumento de trabalho, quanto a possível venda de seu apartamento nos mercados locais, possibilitariam uma “mudança de vida”, que para Arlinda significa morar em outro lugar. “Esse lugar aqui te suga, quero um lugar onde eu possa ir pra frente, produzir. Aqui eu me sinto sufocada, é muita coisa pra pagar. Não dá pra viver assim, aqui todo mundo fica pobre”. A sensação de “sufocamento” produzida pela reconfiguração da moradia é um dos principais motivos que fazem Arlinda buscar outro lugar para morar. “Melhorar de vida”, muitas vezes, é associado a voltar para a favela. Arlinda quer vender seu apartamento para comprar uma casa em uma favela próxima ao condomínio, “onde é muito fácil achar casa e quitinete”. Uma vez ela me contou que surgiu a oportunidade de trocar o seu apartamento por uma casa na comunidade. O terreno tem duas quitinetes e uma “laje muito boa”, mas o grande problema é que “sendo troca, sem o dinheiro, como é que eu vou construir alguma coisa lá naquela laje? Com o dinheiro eu construo, sem o dinheiro a gente fica paralisado”. Se o dinheiro oferece mobilidade, expressa por exemplo na possibilidade de “bater a laje” para aumentar a casa, de investimento em novos instrumentos de trabalho, dentre outras coisas, o imóvel - nesse caso o apartamento do programa habitacional - “prende”, já que “não pode vender, não pode alugar, e ainda faz você ficar pobre, cheia de dívidas”. A ideia de “mudar de vida” demonstra o valor que a mobilidade ocupa na vida de muitos pobres urbanos. A esperança de mobilidade no futuro condiciona a capacidade de agência no presente. As relações entre esperança e agência podem ser vistas em pesquisas em diferentes contextos socioeconômicos marcados por incertezas (Verdery, 2017). Esperar por um futuro melhor faz com que as pessoas improvisem ações e estabeleçam relações, permeadas por intervenções criativas em um jogo de diversas escalas temporais. Sempre que vejo Arlinda prestes a perder as esperanças em relação à compra da carrocinha para

o trabalho, percebo que ela aciona o “tempo de Deus” para seguir esperando um futuro melhor, como demonstra o diálogo que abaixo reproduzo.

— Mas como diz a Bíblia, tudo tem seu tempo. Se eu ainda não consegui mudar de vida, comprar minha carrocinha, é porque Deus acha que não chegou minha hora ainda. Outro dia escutei uma palavra que era pra mim: se Deus ainda não te deu nada é porque você ainda não está preparado pra receber - ela disse.

— Mas como se prepara? - perguntei-lhe.

— De várias formas. Às vezes Deus vai te dar e se você não tá preparado você vai desperdiçar tudo. Aí de que adianta ele te dar? Ou então você não sabe administrar e vai perder. Se você não sabe administrar, como ele vai te dar? Você ainda não está preparado - respondeu.

Seus lamentos e expectativas estão fortemente vinculados aos valores da cosmologia cristã que baseia seu mundo. A convicção na necessidade de aguardar o “tempo de Deus” para obter uma mudança faz com que ela siga buscando maneiras de conseguir dinheiro para a carrocinha, por mais que pense muitas vezes em desistir. Mais do que isso, o tempo do merecimento faz com que ela busque se “preparar” cada vez mais para saber administrar e não desperdiçar as oportunidades oferecidas por Deus. Diferentes ordens de valor participam das avaliações de Arlinda sobre sua vida. Como afirma Villarreal (2014), os atores se baseiam em diferentes *frameworks* em seus cálculos e valorações cotidianos. “Most of the time these [frameworks] did not involve explicit calculations involving rational arguments but rather entailed taken-for-granted values and assumptions” (Villarreal, 2014: 34).

Sentindo-se “sufocada” pelas novas formas de vida produzidas pelo processo de domesticação, Arlinda segue buscando mudança e mobilidade. Esperar por uma “vida melhor” impulsiona a investigação cotidiana por novas formas de “fazer dinheiro”. Se a moradia (e a vida) no condomínio é significada pelo “sufocamento”, o retorno à favela representa uma possibilidade de “mudar de vida”. A incerteza cotidiana que se expressa na dúvida sobre a capacidade de arcar com os custos habitacionais ou comprar mercadorias para trabalhar é ainda mais agravada por um contexto que Arlinda caracteriza como “crise”.

## Os tempos de “crise”

Se o “sufocamento” promovido pela reconfiguração do doméstico agrava a sensação de incerteza e dúvida sobre a capacidade de seguir mantendo a casa, a “crise” explica o insucesso no trabalho, cuja renda, por sua vez, é essencial para seguir fazendo a vida doméstica. “Fazer dinheiro” e manter a casa são faces de um mesmo e único processo de existência (Araújo Silva, 2017a). A categoria “crise”, utilizada em muitos contextos ao longo da história, opera uma diferenciação entre passado e presente (Roitman, 2014). Além de evocar condições socioeconômicas, também aciona percepções temporais que caracterizam a vida em seus distintos contextos. No caso de Arlinda, como mencionado, fica evidente a ruptura temporal entre “os tempos de vacas gordas” vividos na favela e a “crise” de uma vida “sufocada” experimentada após a realocação. Além de projetar mudanças futuras possíveis, para investigar as condições da vida cotidiana, Arlinda também interpreta o presente em uma constante comparação com a vida passada que emerge em suas percepções ordinárias.

Arlinda passa tardes e noites inteiras sentada ao lado de sua barraca de doces na calçada da rua principal do condomínio. Seus filhos costumam lhe ajudar a carregar as mercadorias, tanto no início como no fim da jornada de trabalho, e a montar e desmontar a barraca. Durante os meses que passei acompanhando seu cotidiano, escutava muitas reclamações em relação à redução das vendas. A venda fiada de mercadorias para a vizinhança, objeto de uma parte das reclamações, ocorre todos os dias. “Não pode ser assim, eu cansei de vender fiado, procure aí tem gente que não paga, que demora a pagar, cigarro então... aí eu tô aqui pra quê? Chega de vender fiado! Amigos, amigos, negócios à parte”. Apesar dessa promessa feita a si mesma, não teve um único dia que passei ao seu lado que eu não a tenha visto vender fiado. O fiado é muito comum nos bairros populares (Machado, 2018) e se trata de uma atividade a partir da qual se pode refletir sobre as articulações entre interessoalidade e economia. Se o aumento da venda fiada pode indicar menos dinheiro em circulação na vizinhança, o fato de a barraca estar “às moscas” e as vendas “muito paradas” é explicado pela “crise”.

A verdade é que tá ruim pra todo mundo. Antigamente fazia fila de criança aqui pra comprar bala. Você percebe que tá ruim pra todo mundo, porque as crianças não têm nem mais um real pra bala. As crianças passam aqui ficam só olhando as balas, só que a mãe não tem pra dar, porque o salário tá atrasado ou foi demitida ou tá afundada em dívidas, aí não tem como. Você vê pelo mercado que tá sempre vazio, vivia cheio, agora não tem nem mais fila no caixa (fala de Arlinda).

A caracterização dos tempos de “crise” feita por Arlinda ganha traços concretos nas filas do mercado que diminuíram e na falta de dinheiro dos pais para comprar balas para as crianças do bairro. Novamente a percepção da “crise” emerge a partir de uma ruptura temporal, dessa vez não entre “os tempos de vacas gordas” e do “sufocamento”, mas entre o tempo em que “as crianças faziam fila pra comprar bala” e o das “vendas paradas”. A “crise” é associada à inércia, falta de movimento (“tá tudo muito parado”), em contraposição ao período em que “entrava mais dinheiro” e que as possibilidades de mudança (movimento, mobilidade) se tornavam mais plausíveis. Ao intensificar a sensação de “sufocamento”, a “crise” torna ainda mais remotos seus planos para o futuro. Arlinda tem duvidado bastante da possibilidade de encontrar alguém para comprar seu apartamento, o que lhe possibilitaria voltar para a favela e ter uma vida menos “sufocada”. “Eu já nem sei mais o que fazer, o povo não tá tendo dinheiro pra nada, imagina se vai ter 120 mil pra dar assim de uma vez só no apartamento”. Além de perder as esperanças em relação a seus planos de “mudar de vida”, a confiança em que suas vendas possam sustentar a família é a cada dia mais abalada. “Isso daqui tá cada dia pior, você tá sentada aqui do meu lado, você tá vendo como tá ruim o negócio pra mim, ninguém vem aqui comprar nada, nem o mercado eu tô conseguindo fazer com o dinheiro que eu ganho, sorte que minha filha me dá o cartão de alimentação do trabalho dela”. Não apenas as expectativas de um futuro mais distante - como a venda do apartamento e a aquisição da carrocinha para trabalhar - são frustradas, como também a própria margem de previsibilidade para o pagamento das contas e a compra de comida torna-se opaca.

Segundo Lomnitz, “crisis, which I explore in its cultural dimension, was a serious impediment to the production of credible images of a desired future” (LOMNITZ, 2003, p.130). A relutância em produzir imagens de futuro viáveis e desejáveis, característica do que Lomnitz denomina como “saturação do presente” (Ibdi, p.132), está diretamente relacionada à suspensão da reprodução da vida durante um contexto de crise. É comum escutar Arlinda dizer que “o dinheiro não dá pra nada nesse mercado caro, você chega com R\$50,00 e sai de lá só com meia dúzia de coisas numa sacolinha”. Além de afetar a própria reprodução da vida, a “crise” altera as percepções temporais dos sujeitos. Todos os dias ela me diz que sentada ao lado de sua barraca esperando os clientes sente-se como se estivesse “perdendo tempo”. A suspensão do tempo futuro e a “perda” do tempo presente são características de uma “crise” que, além de embasar as visões de um futuro possível, desestrutura as possibilidades de se viver o próprio presente.

Há semanas em que Arlinda faz empréstimos com vizinhos para comprar parte das mercadorias que vende ou mesmo para solucionar alguma outra urgência da vida cotidiana. Uma de suas vizinhas costuma “tirar no cartão de crédito” os produtos que Arlinda necessita. Arlinda chegou a passar um mês sem geladeira, devido a um defeito no eletrodoméstico, pois não tinha dinheiro para realizar o conserto. Em face dessa urgência, teve dificuldades de encontrar alguém na vizinhança que pudesse lhe emprestar o dinheiro para o conserto. “Nessa crise ninguém tem pra emprestar, porque as pessoas não têm nem pra elas mesmas”. Após um mês, sua vizinha de porta lhe emprestou o dinheiro da mão de obra e eu, o dinheiro para o conserto. A possibilidade de se imaginar expectativas de um futuro de mudança é cultivada no tempo presente. A saturação do presente, que produz uma sensação de inércia e “perda de tempo” e desestrutura a própria reprodução da vida, deixa ainda mais turva a visão que se volta para o futuro. Está em questão um presente incerto prenhe de um futuro cada vez mais opaco. Lomnitz define o conceito de “saturação do presente” a partir da crise vivida pelo México nos anos 80 da seguinte maneira: “The condition of present saturation is sparked by lack of credit, by a lack of lending, and a lack of trust in a currency that will certainly not purchase tomorrow what it cost you to earn today” (LOMNITZ, 2003, p.146).

A sensação de que “o dinheiro não tá dando pra nada” afeta a forma como se elabora a vida. Sempre que inicio uma conversa com Arlinda e pergunto como ela está, ela me responde: “tô empurrando, tô aqui empurrando essa situação”. A metáfora do “empurrar” denota um enorme esforço na tentativa de fazer com que a vida siga seu curso. Além de categoria explicativa para o fracasso das vendas e para a impossibilidade de fazer empréstimos em certas ocasiões, a “crise” ganha contornos materiais não só na casa, que se mantém com maior dificuldade, como no próprio corpo, que na condição de “sufocado” também despende enorme esforço para viabilizar a vida cotidiana. A imaginação de uma “mudança de vida” fica prejudicada e as condições de se habitar o lugar do doméstico, reconfigurado pela política habitacional, ainda mais precárias.

### Considerações finais

Processos de domesticação marcados por violência de Estado transformam formas de vida, alterando não apenas a própria materialidade do doméstico, como também as possibilidades de se imaginar uma vida mais digna. No caso analisado, “melhorar de vida” aparece nas formas de linguagem de maneira associada à “mudança” (movimento),

assim como a um espaço e modos de habitar específicos: morar numa casa na favela. A capacidade de agência para transformar formas de vida está diretamente relacionada a modos de habitar. Sair do condomínio e voltar a morar na favela consiste num meio de escapar ao “sufocamento”.

Misturada com a sensação de “sufocamento”, a “crise”, idioma acionado para significar as contingências que perpassam a vida cotidiana, permite operações temporais que participam das avaliações e investigações que os sujeitos realizam para compreender as situações problemáticas e buscar maneiras de lidar com a incerteza. A “crise” e seus impactos na vida ordinária dificultam a imaginação de uma “mudança de vida”, embaçando imagens de futuros desejáveis. A “saturação do presente” que escasseia os recursos que permitem contornar a vida “sufocada”, como por exemplo os empréstimos com vizinhos, afeta as esperanças cultivadas no cotidiano em relação a um futuro possível.

Formas de vida, sempre abertas e maleáveis à agência dos sujeitos, também são por excelência objetos das disputas políticas travadas em território urbano. A domesticação de formas de vida é operada por agentes e artefatos de Estado e imprimem no cotidiano reconfigurações materiais e simbólicas na casa, no corpo e nas relações sociais. Se a vida não é autoevidente, cabe à antropologia investigar os processos de fazimento e desfazimento de suas formas, tais como se apresentam no terreno da vida ordinária extremamente poroso aos processos estatais de domesticação.

## Referências bibliográficas

AMORE, C. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, C.; SHIMBO, L.; RUFINO, M. **Minha Casa e a Cidade?:** avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Cap 1, p.11-29.

ARAÚJO SILVA, M. Houses, tranquility and progress in an área de milícia. **Vibrant**. Vol,14, n.3, p.132-148. 2017b.

\_\_\_\_\_. **Obras, casas e contas:** uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro. 2017a. 310f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ARAÚJO SILVA, Marcella; CORTADO, Thomas. A Zona Oeste do Rio de Janeiro, fronteira dos estudos urbanos?. **Dilemas: Revista de Estudos de conflito e controle social**, vol.13, n.1, 2020, p.7-30.

BARBER, Karen. **The anthropology of texts, persons and publics.** Oral and written culture in Africa and Beyond. Cambridge University Press, 2007.

BUTLER, Judith. **Vida precária:** el poder del duelo y la violência. Buenos Aires: Paidós,2006.

CARDOSO, A.; MELLO, I.; JAENISCH., S. A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: AMORE, C.; SHIMBO, L.; RUFINO, M. **Minha Casa e a Cidade?:** avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Cap 4, p.73-103.

CARDOSO, A.; LAGO, L. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. In: CARDOSO, A. (org). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Cap1, p.7-17.

CARDOSO, A.; JEANISCH, S. Nova Política, velhos desafios. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, ano 5, n. 18, p.7-19. set. 2014.

CONCEIÇÃO, W. **Minha casa, suas regras, meus projetos:** gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. 2016. 280f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.



CORTADO, Thomas. Maison. **Anthropen** - Le dictionnaire francophone d'anthropologie ancré dans le contemporain, 2020.

DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Ethics, self-knowledge, and life taken as a whole. **Journal of Ethnographic Theory**. Vol.8, n.3, 2018, p.537-549.

\_\_\_\_\_. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.14, n.40, pp.31-42. 1999.

\_\_\_\_\_. **Life and Words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley/Los Angeles: University California Press, 2007.

FERNANDES, Adriana. **Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro**. 2013. 310f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

HART, Keith. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, vol. 11, n.1, 1973, p.61-89.

HEIDEGGER, Martin. **Building, Dwelling, Thinking**. Poetry, Language, Thought.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções de democracia e modernidade no Brasil**. Companhia das letras, 2010.

INGOLD, Tim. **The Appropriation of Nature: essays on human ecology and social relations**. Manchester: Manchester University Press, 1987.

LOMNITZ, Claudio. Times of Crisis: Historicity, Sacrifice, and the Spectacle of Debacle in Mexico City. **Public Culture**. Vol. 15, n.1, 2013, p.127-147.

MACHADO, Luiz Antônio. Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais. In: ARAÚJO SILVA, M., CAVALCANTI, M., MOTTA, E. (org). **O mundo popular: trabalho e condições de vida**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, p.21-29.

PETTI, Daniela. **Da resistência ao poder: governos da vida, sofrimento social e a violência da remoção**. Dilemas- Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v.13, n.2, 2020a, p.533-550.

\_\_\_\_\_. **“Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim”**: uma etnografia sobre a “luta” contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro. 2016. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais)- Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV).

\_\_\_\_\_. **“Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida”**: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Dissertação. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020b.

ROITMAN, Janet. **Anti-crisis**. Durham and London: Duke University Press, 2014.

SAUTCHUK, Carlos Emanuel ; STOEKLI, Pedro. O que é um humano? Variações da noção de domesticação em Tim Ingold. **Anuário Antropológico/2011-II**, 2012: 227-246.

VERDERY, K. Hope Turned Upside Down: How to Prospect for a Communist Utopia Were Dashed in 1950s Romania. In: MİYAZAKI, Hirokazu; SWEDBERG, Richard. **The economy of hope**. University of Pennsylvania Press, 2017. p.77- 96.

VILLARREAL, M. Regimes of value in Mexican Household Financial Practices. **Current Anthropology**. Vol.55, n.9, p.30-39. Aug. 2014.